



Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 26 de junho de 2020

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Faria a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, mantendo-se todas as condições de proteção sanitária e distanciamento físico recomendadas pela Direção Geral de Saúde, a qual foi convocada pela sua Presidente e teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1º. Ponto – Proposta de Prestação de Contas /2019 -----
- 2º. Ponto – Proposta de 2ª. Alteração Modificativa 2020 (Revisão Orçamental) -----
- 3º. Ponto – Proposta de Alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Montemor-o-Novo -----
- 4º. Ponto – Proposta de Isenção de Taxas (para conhecimento) -----
- 5º. Ponto – Contrato entre o Município de Montemor-o-Novo e a empresa Derivadas & Segmentos, S.A. -----
- 6º. Ponto – Proposta de Revisão Integral do Programa Mor Solidário -----
- 7º. Ponto – Procedimento Concursal para provimento em Comissão de Serviço de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau - Composição de Júri -----
- 8º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo, a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras e a Associação “Porta Mágica” – Fornecimento de refeições -----
- 9º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo, o Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão e a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Fornecimento de refeições escolares – Jardim de Infância e Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de S. Cristóvão – AL 2019-2020 (2º e 3º Período) e AL 2020-2021 (1º. Período) -----
- 10º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Fornecimento de refeições escolares – Jardim de Infância e Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de Lavre – AL 2019-2020 (2º e 3º Período) e AL 2020-2021 (1º. Período) -----
- 11º. Ponto - Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Transporte Escolar -----
- 12º. Ponto - Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de São Cristóvão – Transporte Escolar -----
- 13º. Ponto - Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Fornos de Vale de Figueira – Transporte Escolar -----
- 14º. Ponto – Plano de Contingência - Versão III – Fase de Desconfinamento (para conhecimento) -----

15º. Ponto - Programas Municipais – 2º. Relatório Anual de Monitorização da ORU do Castelo e Arrabalde -----

16º. Ponto - Programas Municipais – 2º. Relatório Anual de Monitorização da ORU da Avenida e Antigo Campo da Feira -----

17º. Ponto - Programas Municipais – 2º. Relatório Anual de Monitorização de São Pedro -----

18º. Ponto – Proposta de Isenção de Taxas no âmbito da Pandemia da doença COVID/19 até 31 de Dezembro de 2020 -----

19º. Ponto – Declaração de Interesse – Reabilitação dos Lavadouros Públicos da Vila de Lavre -----

20º. Ponto – Proposta de Acordo de Cooperação Institucional entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Cedência de Lotes em Fazendas do Cortiço -----

21º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração para Criação de ATL de Verão com Juntas de Freguesia do Concelho -----

22º. Ponto – Apreciação das informações relativas aos atos praticados ao abrigo da Lei 6/2020 de 10 de abril (regime excecional com vista a promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID -19), nos termos do previsto no n.º 2 do art.º 7º-B da Lei 6/2020 de 120 de abril, alterada e republicada pela Lei 12/2020, de 7 de maio -----

23º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Deu início aos trabalhos da sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes e desejando que se encontrem bem de saúde. Informou ainda sobre as condições para uso da palavra por parte dos eleitos, referindo que o deverão fazer nos microfones que se encontram nas laterais do Auditório de modo a ser cumpridas todas as medidas de segurança. -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, Ana Silva em substituição de António Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Isidoro Miguéns D’Abreu Bastos, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim José Fradinho Gervásio, João Miguel Amaro Marques, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, Lina Maltês em substituição de António Manuel Martins, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, , Maria de Fátima Breia, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Manuel António Coelho, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Nuno Antunes em substituição de Duarte Manuel Vicente da Luz, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sónia Cristina dos Ramos, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço e Susana Raquel Vicente Mendes registando-se vinte e sete presenças. -----

Esteve também ausente nesta sessão o eleito senhor Augusto Pascoal. Todos os eleitos justificaram a sua ausência. -----

Estiveram ainda presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Dra. Hortênsia Menino, as Senhoras Vereadoras Carmen Carvalheira e Palmira Catarro e os Senhores Vereadores António Pinetra, Gil Porto, Henrique Lopes e Olímpio Galvão. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a usar da palavra para colocar à consideração dos eleitos uma proposta de alteração à ordem de trabalhos, a pedido da

Câmara Municipal por caráter de urgência dos assuntos, no sentido de serem incluídos cerca de oito novos pontos, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Passou-se de imediato à discussão da proposta de ata da sessão ordinária que decorreu no dia catorze de fevereiro de dois mil e vinte. Não havendo qualquer proposta de alteração, foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade. -----

Deu-se início ao período antes da ordem do dia. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal para apresentar um Voto de Louvor a todos os trabalhadores do Concelho de Montemor-o-Novo, o qual se apresenta transcrito de seguida: -----

No atual momento que o País e o Mundo atravessam, classificado no dia 11 de março, da doença COVID-19 consequência do novo vírus SARS-CoV-2, como pandemia, colocou-nos em tempo de emergência e de calamidade. -----

Situação que veio transformar o paradigma de Sociedade que até hoje conhecíamos, alterando a vida dos portugueses, que forçou todos os Países a adotarem medidas conforme orientações das várias entidades de saúde e governamentais, tanto a nível Mundial como Nacional. -----

Nesta situação, os portugueses viram as rotinas diárias alteradas, o que levou muitos dos trabalhadores para as suas casas em confinamento. -----

Por forma a responder e manter a Comunidade em segurança, desde março, pudemos contar com um grupo de trabalhadores, quer no setor público, quer no setor privado que desempenharam um papel de extrema importância e imprescindibilidade. Nesta conjuntura impôs-se a ininterruptibilidade de serviços, de modo a garantir a manutenção do regular funcionamento da sociedade, nomeadamente com a prestação dos cuidados de saúde, da proteção civil e da ordem pública. Serviços estes onde se enquadram os profissionais de saúde, segurança de pessoas e bens os trabalhadores da higiene e limpeza urbana, dos serviços de abastecimento e saneamento de água, trabalhadores do setor social, das cadeias de abastecimento de bens, bem como outros trabalhadores que têm vindo a desempenhar tarefas igualmente fundamentais. -----

Em particular, no apoio e no combate para mitigação da doença, têm estado, desde março, continuamente e na linha da frente os profissionais da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. A estes trabalhadores, que continuam a exercer com empenho e dedicação as suas funções profissionais, e, a dar o melhor de si em prol de todos nós, que ao mesmo tempo puseram a sua saúde e integridade física em risco, bem como a dos seus familiares. -----

Assim, neste momento de grande incerteza, de novas exigências e preocupações, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida a 26 de junho de 2020, delibera: -

- Louvar todos os trabalhadores do concelho que se têm mantido em funções para continuar a prestar serviços imprescindíveis à nossa população; -----

- Agradecer fundamentalmente aos trabalhadores da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia que continuam no terreno todos os dias, garantindo a fundamental higienização urbana, desinfeção, recolha de lixo. Que nos ajudam a difundir informação sobre o combate à Covid-19 e que, em muitos casos, estão a assumir competências que não são suas, garantindo que nenhum montemorense, por mais isolado que viva, fique sem respostas e sem o devido acompanhamento e encaminhamento; A estas tarefas dedicam o seu profissionalismo, a abnegação e o

profundo sentido de Serviço Público no desempenho das suas funções nas mais diferentes áreas;-----

- Saudar todos os trabalhadores do Sistema Nacional de Saúde, como peças fundamentais e incansáveis para travar o avanço da Covid-19. Temos hoje mais uma grande prova do que sempre temos defendido: reforçar o SNS é fundamental bem como dar melhores condições de trabalho aos seus trabalhadores.-----

A todos, Um Muito Obrigado!-----

Montemor-o-Novo, 26 de junho de 2020-----

Sobre o documento interveio o eleito senhor Pedro Bento referindo que os eleitos pelo PS votarão favoravelmente.-----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação.-----

Deliberação: Aprovado por unanimidade.-----

Seguidamente usou da palavra a eleita sra. Fátima Breia para lamentar o facto da decisão de realização da sessão em modo presencial, porque considera que a Câmara tem de ser a primeira a dar o exemplo e que haveriam outros meios para a sua realização, por exemplo online.-----

Também o eleito, pelo CDS-PP, senhor Luis Machado pediu a palavra dizendo que concorda com a intervenção da eleita pelo PS, acrescentando ainda que se encontra a cerca de três meses a trabalhar a partir de casa, pelo faria todo o sentido a realização da sessão de forma remota.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal afirmando que a questão foi avaliada, por isso a razão da sua realização no Auditório, considerando que são tempos difíceis, os quais todos estamos a aprender a gerir, sendo que na sua opinião estarão garantidas todas condições de segurança e que os assuntos poderão ter um melhor debate de forma presencial.-----

Interveio de seguida a eleita senhora Sónia Ramos afirmando que também concorda com as anteriores intervenções. Questionou a senhora Presidente da Câmara sobre um ofício que está a ser remetido a todas as autarquias por parte da Associação de Hotelaria de Portugal colocando diversas questões e solicitando a ajuda possível, dentro das suas competências, ao comércio local de cada concelho. Referiu-se também a um conjunto de propostas que terá remetido logo que surgiu a pandemia no sentido de mitigar os efeitos causados nas mais diversas áreas.-----

Disse ainda, a mesma eleita, que foi enviada à Comissão Política Distrital de Évora do PSD uma denuncia anónima por parte de trabalhadores da Gesamb, a qual relata situações relacionadas com comportamentos e posturas desastrosos, de quem dirige a Gesamb. Uma vez que a Câmara Municipal é associada, questionou a Senhora Presidente da Câmara se teve conhecimento dos factos e qual a posição que tomou. ---
Considera que do ponto vista político, a Câmara Municipal teve, perante esta crise provocada pela pandemia, uma gestão desastrosa, uma vez que se impunha a realização de uma reunião de urgência com todas as forças políticas aqui representadas na Assembleia Municipal, o que não aconteceu. Reafirmou a disponibilidade do seu partido para ajudar no que for possível.-----

Em resposta a Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou não ter dados no momento para confirmar a receção da comunicação mencionada pela eleita do PSD remetida pela Associação de Hotelaria de Portugal, mas irá verificar essa questão junto



dos serviços. Informou que foi recebida uma comunicação da AHRESP sugerindo a adesão do Município a algumas iniciativas de divulgação de medidas que estavam a decorrer. No que respeita à denuncia referida, a senhora Presidente da Câmara informou que foram rececionadas duas comunicações e que precisamente pelo facto de serem anónimas tornou-se mais difícil apurar os factos. Considera que cabe às entidades representativas dos direitos dos trabalhadores que possam existir na empresa, o apuramento das situações relatadas e não à Câmara Municipal tomar qualquer tipo de posição. Ainda no uso da palavra a mesma eleita disse que no que respeita à situação da Pandemia e à semelhança do PSD, também os restantes partidos políticos com representatividade no nosso concelho enviaram propostas, as quais foram avaliadas e a Câmara Municipal foi ajustando as medidas tomadas conforme o desenvolvimento da situação no concelho. -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito senhor Rui Páscoa, o qual questionou a senhora Presidente da Câmara Municipal se estão a ser instaladas novas empresas na Zona Industrial da Adua, porque constatou haver alguma atividade em determinados lotes. -----

Usou da palavra a eleita senhora Lina Maltês para apresentar, em nome dos eleitos pela CDU, uma Tomada de Posição Pela Defesa do Serviço Postal e Controlo Público dos CTT, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“O Município de Montemor-o-Novo manifestou-se, desde o primeiro momento, contra o desaparecimento do Serviço Público e Universal de Correios. -----

Com a privatização dos CTT e a pretensão de transformar a empresa num banco privado, outras funestas consequências estão à vista: a destruição do papel estratégico do serviço público postal universal, a liquidação do serviço proximidade tão necessário para as populações, o despedimento de centenas de trabalhadores, o fim das Estações, a debilitação da economia local e a transferência para as autarquias do custo de uma rede nacional. -----

Ao longo de todo este processo houve um aumento considerável dos preços dos serviços, o encerramento de mais de meio milhar de postos e mais de duas centenas de estações de correio por todo o país, a redução de 900 trabalhadores e um serviço postal mais lento que há 30 anos. -----

De referir também que ao longo dos anos foram encerrando todos os postos públicos de correio existentes no concelho de Montemor-o-Novo, tendo os serviços sido paulatinamente transferidos para particulares ou para as autarquias locais, à custa do seu orçamento, existindo apenas uma Estação de Correios na sede do concelho, situação que consideramos extremamente lesiva para a população, muita dela envelhecida e com dificuldades de mobilidade. -----

Como se tudo isto não fosse já um problema considerável, a população do Concelho tem sido confrontada, nos últimos tempos, com demoras consideráveis na entrega da sua correspondência, situação que se fez sentir principalmente em Silveiras e em Cabrela cuja população chegou a ficar semanas sem receber correspondência. Também em Ciborro o serviço de entrega de correspondência deixou de ser diário para passar a ser de três em três dias e na própria cidade de Montemor temos conhecimento de inúmeras queixas relacionadas com atrasos na entrega de correspondência. -----

Por todas estas razões e considerando que cabe ao Estado a responsabilidade de garantir que os serviços postais são assegurados em condições de igualdade a todos os

cidadãos, que os Correios devem ser o garante de um serviço público ao serviço do País e das populações, ao serviço do desenvolvimento, da coesão social e económica e territorial da região e do país. -----

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida em sessão ordinária vem manifestar a sua determinação de tudo fazer, no plano institucional e político, para impedir que venham a encerrar serviços dos CTT no Concelho, em defesa dos direitos da população e do serviço postal de proximidade e delibera: -----

- 1. Manifestar solidariedade para com a população que por todo o País tem sido afetada pelo encerramento de serviços, atrasos e aumento de tarifas;* -----
- 2. Manifestar total solidariedade aos trabalhadores que têm visto os seus postos de trabalho em risco, em virtude da postura economicista da administração e que têm visto os seus direitos cortados, saudando ao mesmo tempo a luta dos trabalhadores dos CTT;* -----
- 3. Reclamar do Governo PS a tomada da opção certa, estratégica, retomando o controlo público dos CTT, a única forma de garantir o serviço público e universal dos Correios.* -----

Montemor-o-Novo 26 de junho de 2020 -----

Sobre o documento, o eleito senhor Carlos Zorrinho disse que os eleitos pelo PS irão votar favoravelmente, frisando, no entanto, que discordam do que se afirma no ponto três, porque consideram que é necessária uma boa concessão e uma boa fiscalização para garantir uma boa prestação do serviço. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia colocou a Tomada de Posição à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos eleitos pela CDU(16) e pelo PS(8) e três abstenções dos eleitos pelo PSD(1) e pelo CDS-PP(2). -----

Interveio o eleito senhor António Xavier perguntando qual o tipo de acompanhamento e apoio que a Câmara tem dado às famílias, às empresas e às associações do concelho. De seguida usou da palavra o eleito senhor Joaquim Bastos referindo que foram autuados recentemente vários moradores da Rua Horácio Macedo por estacionamento das suas viaturas em cima do passeio. Desconhece-se a razão destas multas, uma vez que se trata de uma rua de sentido único em que não existe sinalização a proibir esse estacionamento. Para além disso, e por falta de espaço, se os moradores estacionarem na via, impedem a circulação de viaturas. Considera que a atividade comercial existente na referida rua, a cerca de quarenta anos, ficando assim impedida de efetuar cargas e descargas. -----

Em resposta a senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou desconhecer a situação relatada pelo eleito do Partido Socialista, pelo que irá procurar apurar as razões que terão levado as forças de segurança a atuar desse modo. -----

Pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão, António Fitas para apresentar, em nome da bancada dos eleitos pela CDU, uma Tomada de Posição denominada "Pela reposição do Serviço Público de Saúde no concelho de Montemor-o-Novo", que se apresenta transcrita de seguida: -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, escutam as justas preocupações e reivindicações dos Montemorenses. Nesse âmbito não podemos ficar indiferentes às preocupações que nos têm sido feitas sentir pela população e pelas

Juntas de freguesia, relacionadas, sobretudo com o funcionamento das Extensões de Saúde nas Freguesias Rurais. -----

Em estado de emergência o mais urgente foi garantir a devida segurança das populações e garantir que lhes eram prestados os serviços essenciais. No início dessa fase foram encerrados ou limitados diversos serviços públicos, situação que afetou sobretudo os utentes das freguesias rurais. -----

No que toca à Saúde e no nosso concelho tivemos, e temos, as mais diversas situações no que ao funcionamento das Extensões de Saúde diz respeito. Desde postos médicos que ficaram apenas com serviço de enfermagem, sem serviços administrativos ou serviços médicos, extensões que mantiveram os serviços administrativos e de enfermagem e extensões que mantiveram todos os serviços, reduzindo os horários. Como a população mais vulnerável não podia ficar sem resposta, foram as Juntas de Freguesia a estar na linha da frente, assumindo, através dos seus funcionários o contacto com o Centro de Saúde de Montemor, solicitando e recebendo receitas e baixas e distribuindo-as pelos utentes. -----

Ultrapassado estado de emergência e estando, atualmente, e estando, atualmente, em estado de calamidade, não pode deixar de nos preocupar que a totalidade dos Serviços não tenha ainda sido resposta, continuando os mais idosos, isolados e com doenças crónicas, sem consultas médicas ou a continuar a fazê-las por telefone. -----

A agravar toda a situação referida quase todos transportes públicos foram reduzidos de e para as freguesias rurais. Os serviços de transporte, entretanto repostos, continuam a ser manifestamente insuficientes para dar resposta à população cada vez mais isolada e limitada no seu direito à saúde. Quem não tem transporte próprio está praticamente impossibilitado de ir ao médico de família! -----

Para além da demora na retoma dos Serviços Essenciais não podemos deixar de nos preocupar com notas de que os médicos de família nas Freguesias de São Cristóvão, de Cabrela e Silveiras não vão voltar ao serviço presencial. Estamos a falar de freguesias com população idosa, na sua maioria, e que distam bastante da sede de concelho. -----

Se há coisa a pandemia relacionada com a doença Covid-19 veio provar foi que o SNS e os seus trabalhadores são essenciais aos portugueses. Foram e estão a ser essenciais para travar o surto epidémico, mas continuam a ser essenciais para tratar todas as outras doenças que atingem os utentes. -----

É pois urgente e crucial o reforço do SNS e não a diminuição dos seus serviços. -----

Face ao exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal na sua reunião 26 de junho de 2020, decidem: -----

- 1. Recusar qualquer tentativa de diminuir os serviços de saúde prestados à população do concelho; -----*
- 2. Solicitar esclarecimentos à ARS Alentejo relativamente a esta matéria; -----*
- 3. Reiterar a solidariedade para com os utentes das extensões de saúde que se viram limitados no acesso a um serviço público de qualidade, que assume uma importância vital num concelho de tão grandes dimensões e com uma população bastante envelhecida; -----*
- 4. Reiterar a urgência de que sejam contratados, no imediato, trabalhadores por forma a suprir as necessidades do concelho a nível de cuidados de saúde; -----*

5. Manifestar solidariedade para com os trabalhadores do SNS que dentro de todas as limitações que lhes são impostas tentam dar o melhor de si para responder às necessidades da população. -----

Montemor-o-Novo, 26 de junho de 2020. -----

Sobre a Tomada de Posição, a eleita senhora Fátima Breia afirmou que os senhores Presidentes de Juntas de Freguesia fizeram um excelente trabalho de apoio às populações, mas era isso que as populações esperavam. Referiu-se depois a um email recebido da Junta de Freguesia de São Cristóvão solicitando a reabertura do Posto Médico da freguesia, manifestando o seu desagrado porque o Posto Médico não reúne condições de segurança e dignidade para receber quer os profissionais de saúde, quer os utentes, tal como o Posto Médico de Silveiras. Referiu ainda que não fazem qualquer sentido as referências que o documento apresenta quanto ao transporte de munícipes, sendo talvez uma competência da Câmara Municipal. -----

Relembrou ainda que a pandemia se mantém e que o nosso concelho está demasiado próximo de Reguengos de Monsaraz. Solicitou alguns esclarecimentos sobre o que está a ser feito para não chegarmos a uma situação idêntica e cada um deve fazer a sua parte. -----

Voltou a usar da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão, António Fitas dizendo que os funcionários daquela Junta de Freguesia desenvolveram ao longo destes tempos todo o tipo de funções, muitas das quais fora do âmbito das suas competências e sem qualquer tipo de formação. Acrescentou que o Posto Médico encontrava-se a funcionar num edifício com bastante idade e que poderá mesmo não reunir já todas as condições, no entanto essa responsabilidade é apenas do Ministério da Saúde. Disse também que ao longo dos últimos vinte anos todas as intervenções ali realizadas foram a cargo da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, de acordo com tudo o que lhes foi sendo solicitado, frisando que os funcionários da junta de freguesia foram incansáveis, não tendo gozado qualquer dia de férias e até mesmo trabalhando em fins de semana. -----

Infelizmente no nosso distrito existem algumas entidades ligadas à área da saúde que apenas procuram criar mais problemas para os problemas já existentes, enquanto outros procuram soluções. Acrescentou ainda que a situação como está não pode continuar, porque o desinvestimento dos últimos anos na área da saúde, fez com que a maioria dos postos de médicos não tenha condições para funcionar, sendo por isso urgente que essas condições sejam criadas, porque ainda vamos ter de conviver com este vírus mais algum tempo. -----

Pediu para intervir o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes concordando que nos devemos todos preocupar com os profissionais de saúde, mas também com os utentes, aos quais foi pedido para permanecerem em suas casas, referindo-se em específico aos habitantes daquela União de Freguesias, que são na grande maioria idosos. Não considera correto que para terem uma consulta se devam deslocar ao Centro de Saúde de Montemor, porque ainda estamos em Estado de Calamidade e estes idosos são os mais desprotegidos. -----

Interveio a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, Paula Martins a qual afirmou que todas as Juntas de Freguesia desenvolverem todos os esforços no sentido de não deixar nenhum freguês sem ajuda, não foram tempos fáceis e continuam a não

ser, referindo ser muito complicado o contacto telefónico com o Centro de Saúde de Montemor e que muitas vezes os contactos foram via email com a médica assistente. Acrescentou que a Junta de Freguesia foi informada que vai passar a haver consultas brevemente no Posto Médico de Cabrela, uma vez por semana. -----

Pediou novamente o uso da palavra a eleita senhora Fátima Breia afirmando que no caso da freguesia de Cabrela, todas as questões foram tratadas em articulação com a Sra. Presidente da Junta de Freguesia, que recebia e enviava os receituários dos seus fregueses, o que resultou muito bem. Acrescentou que fez contactos, no entanto não houve disponibilidade nem da freguesia de São Cristóvão, nem por parte da freguesia da União Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre. -----

Voltou a pedir a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes para afirmar que não teve conhecimento de nenhum tipo de contacto com a Junta de Freguesia por parte do Centro de Saúde, no sentido de tentarem em articulação minimizar os impactos causados aos fregueses. Informou que também os funcionários afetos à referida União de Freguesias, foram incansáveis em dar todo o tipo de apoios, fazendo até entrega de bens alimentares. -----

O eleito senhor António Xavier solicitou que a senhora Presidente da Assembleia Municipal pudesse terminar a discussão sobre o documento e que fosse feita a sua votação. -----

Ainda sobre o documento, a senhora Presidente da Assembleia Municipal salientou a importância dos transportes para que os municípios, que residem nas freguesias, possam deslocar-se à cidade. -----

Não havendo mais intervenções, foi colocado o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU, sete votos contra dos eleitos pelo PS e quatro abstenções dos eleitos pelo PS(1); pelo CDS-PP(2) e pelo PSD(1). -----

De seguida pediu a palavra o eleito senhor Manuel Coelho para perguntar sobre o ponto de situação da obra de construção da Etar de Ciborro. Referiu ainda que a bancada da CDU, agrega para além dos eleitos pelo Partido Comunista, também os eleitos pelo Partido Ecologista Os Verdes, no entanto ninguém sabe quem são e nunca fizeram qualquer intervenção nestas sessões, sobre questões ambientais do nosso concelho. -----

O eleito senhor Alexandre Pirata interveio para apresentar uma moção denominada "Medidas concretas de apoio à retoma da atividade dos ENI'S (empresários em nome individual) e das Micro e Pequenas Empresas", a qual e apresenta transcrita de seguida: -----

"Em consequência da realidade nacional, vivida nestes últimos meses, uma larga camada de empresários ficou sem qualquer tipo de rendimentos face à suspensão das suas atividades, encerramento ou delimitação dos espaços onde as desempenhavam, ou ainda pelo desaparecimento ou significativa redução da procura e de clientes. -----

O Governo avançou com algumas medidas de apoio aos MPME (Micro, Pequenas e Médias Empresas), mas que são claramente insuficientes e limitadas. Mais grave ainda é que muitos destes empresários foram excluídos de qualquer apoio. Ou porque tinham situações por resolver, ou em resolução, perante a Segurança Social, a Autoridade Tributária ou a Banca, ou na situação de milhares de sócio-gerente que ficaram de fora

dos critérios definidos pelo Governo, ou na exclusão do programa ADAPTAR de empresas em regime de contabilidade simplificada. -----

É assim indispensável e urgente dar resposta á grave situação das microempresas, de natureza familiar e empresários em nome individual ou trabalhadores por conta própria, muitas com situações informais, vivendo de vários trabalhos parciais e á comissão. -----

Assim, os eleitos da CDU propõem que se aprove esta moção e que envie para o Governo a exigir que se adotem medidas concretas de apoio à retoma da atividade destas empresas, nomeadamente: -----

- Levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos, mantendo esses apoios até final de 2020 (lay-off, entre outros); -----

- Voltar a abrir o programa ADAPTAR sem restrições de acesso a quem não tem contabilidade organizada; -----

- Apoio aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes; -----

- A atribuição de um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de €438,81; -----

- Suspender, este ano, o Pagamento por Conta com sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta – PEC; -----

- Concessão de empresários a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da banca privada; -----

- A redução do preço da eletricidade e dos combustíveis; -----

- Apoio ao arrendamento não habitacional refletindo na renda paga pelo MPME a quebra da atividade que foi verificada; -----

- Criação de uma rede de contacto e apoio do Estado aos MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso às medidas de apoio -----

Montemor-o-Novo, 26 de junho de 2020 -----

Os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal” -----

A eleita senhora Sónia Ramos pediu a palavra dizendo que é a primeira vez que os eleitos pela CDU apresentam medidas dirigidas às PME's. Na sua opinião os eleitos da CDU na Câmara Municipal, continuam sem fazer a sua parte na ajuda às pessoas porque deveriam, por exemplo, ter baixado ou mesmo isentado, o pagamento da água, logo a partir do mês de março e por um ou dois meses, pelo menos. -----

Sobre o documento, o eleito senhor Carlos Zorrinho manifestou alguma tristeza porque considera que os eleitos da CDU se estão a aproveitar da situação. Na sua opinião a moção é profundamente demagógica ao exigir ao governo que resolva as consequências de uma pandemia à escala global. Considera fundamental sim, trabalhar em conjunto e que as medidas tomadas pelo Governo, são votadas por todos os parceiros sociais. Os eleitos pelo Partido Socialista sempre apresentaram medidas de atratividade para o investimento no concelho e relativamente às quais os eleitos pela CDU sempre votaram contra. Terminou a intervenção dizendo que os eleitos pelo PS vão abster-se. -----

Não havendo mais pedidos para intervir a senhora Presidente da Assembleia colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU e onze abstenções dos eleitos pelo PS(8); pelo PSD(1) e pelo CDS-PP(2). -----

O eleito senhor Luis Machado referiu de seguida que na sua opinião tem de ser feito um trabalho em conjunto para encontrar soluções, sempre em prol do concelho, porque esta pandemia ainda esta para ficar durante mais algum tempo. Voltou a usar da palavra para apresentar um Voto de Louvor, o qual se apresenta transcrito de seguida: -----

“O País e o mundo não se encontravam preparados para uma pandemia. Com a aparição do coronavírus, a sociedade foi obrigada a fazer uma alteração ao seu modo de vida coletivo, obrigando a uma alteração dos hábitos diários e a uma reformulação das suas atividades diárias, algo que muitos consideravam impossível. -----

As dificuldades, que têm sido visíveis aos níveis social, económico e financeiro, com impactos gerais a nível internacional, obrigaram a reinventar todas as metodologias organizativas existentes, obrigando a uma capacidade de adaptação nunca antes vista na sociedade atual. As atividades consideradas essenciais e na área da saúde foram assim, colocadas à prova como ninguém esperaria. -----

São do conhecimento geral as várias iniciativas por vários agentes sociais que todos os dias se esforçam por garantir uma diminuição no número de casos, um controlo das linhas de transmissão e uma segurança geral para toda a população. -----

A demonstração da confiança da população pelas forças de segurança nacionais, profissionais e auxiliares de saúde, proteção civil, bombeiros voluntários, cuidadores voluntários, serviços de higiene pública e todos os voluntários da comunidade que se demonstraram disponíveis para auxiliar neste tempo difícil, tem sido, a todos os títulos, de louvar e de realçar. O seu empenho, sacrifício, coragem e esforço contínuo, ao qual a população notoriamente reconhece e agradece, merece o devido reconhecimento por parte de todos os cidadãos Portugueses. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo delibera: -----

Aprovar, por unanimidade, um Voto de Louvor a todos quanto têm garantido o funcionamento de serviços e atividades essenciais para a população, em especial aos profissionais e instituições de saúde que enfrentam na primeira fila esta crise pandémica. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ainda no uso da palavra apresentou uma recomendação denominada “Disponibilizar máscaras a pessoas com carência socioeconómica, pessoas em situação de sem-abrigo e idosos isolados”, a qual se apresenta agora transcrita: -----

“Em 13.04.2020, em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde e do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças, a Direção Geral da Saúde recomendou a utilização de máscaras em contexto social: “De acordo com o Princípio da Precaução em Saúde Pública e face à ausência de efeitos adversos associados ao uso de máscaras, deve ser considerado o uso de máscaras por qualquer pessoa em espaços interiores fechadas com múltiplas pessoas (supermercados, farmácias, lojas ou estabelecimentos comerciais, transportes públicos, etc.)” – cfr. Informação nº9/2020. -----

A Escola Nacional de Saúde Pública(ENSP) acompanha e avalia semanalmente, através do Barómetro Covid-19 – Opinião Social, a evolução das perceções, do ponto de vista do cidadão, em relação à pandemia de Convid-19 (perceção de risco, confiança nas instituições, cumprimento das medidas veiculadas, resposta dos serviços de saúde, impactos no quotidiano e na saúde mental, etc.). -----

Relativamente à aquisição e utilização de máscaras, a ENSP concluiu que as pessoas com baixos rendimentos e baixa escolaridade são as que reportam ter mais dificuldades em comprar máscaras e utilizá-las adequadamente e, simultaneamente, este é o grupo que mais precisa de sair de casa para exercer a sua atividade profissional. -----

De acordo com dados divulgados em 12.05.2020, a ENSP concluiu que: 1 em cada 2 pessoas com rendimento mensal inferior a €650 tem dificuldade em comprar máscaras devido ao preço; 54% das pessoas com rendimento mensal inferior a €650 tem de se deslocar para o trabalho, não podendo exercer a sua atividade profissional a partir de casa; são as pessoas com menos escolaridade que mais referem não saber ou não terem acesso a informação sobre a correta utilização de máscaras. -----

É urgente garantir o acesso gratuito a máscaras a quem, por insuficiência de rendimentos, não consegue comprá-las em farmácias e supermercados, assim como a quem vive em situação de sem-abrigo ou de isolamento. -----

*Assim, a bancada do CDS na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo recomenda: --
1 – Criar, em colaboração com as Juntas de Freguesia, nas instalações de cada Junta de Freguesia, um local para levantamento gratuito de máscaras por pessoas com carências socioeconómicas. -----*

2 – Disponibilizar máscaras às pessoas sinalizadas pelos projetos de cariz social no Concelho, em colaboração com as Juntas de Freguesia e demais agentes sociais, através de entrega ao domicílio; -----

3 – A entrega de máscaras deve ser acompanhada, sempre que possível, de uma explicação relativa à forma como deve ser usada (onde e como usar, cuidados a ter antes, durante e após a sua colocação, número de utilizações de cada máscara, importância de usar máscaras em contexto social, etc.) -----

Montemor-o-Novo, 26 de junho de 2020 -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que já foi feita a distribuição de um grande número de máscaras junto dos detentores do Cartão MorSolidário e de alunos carenciados (cerca de mil e duzentas). Está ainda prevista a distribuição também a pessoas com deficiência. -----

Pediu a palavra o eleito senhor António Fitas para referir que, quer nas freguesias, quer na cidade e logo desde o início da Pandemia, foram distribuídos EPI`s pelas instituições e por todo o comércio que estava a funcionar. Na sua opinião tudo o que é aqui recomendado já foi realizado. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Luis Machado referindo que a Moção em causa deveria ter sido entregue à Câmara Municipal, em tempo útil, em reunião que terá solicitado, mas que não se realizou, pelo que sendo assim decide retirar o documento e não sujeitá-lo a votação. -----

O mesmo eleito pelo CDS-PP apresentou ainda uma outra recomendação à Câmara Municipal denominada “Criação de um grupo de acompanhamento da situação social

e económica no concelho de Montemor-o-Novo”, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“A Pandemia de Covid-19 trouxe ao país novos desafios e dificuldades nunca experimentadas. O encerramento de praticamente toda a atividade social e económica, por um período de mais de dois meses, ameaçou tornar inviáveis parte atividades económicas até aqui desenvolvidas. Grande parte das Instituições Particulares de Solidariedade Social, encontram-se numa situação difícil. A população mais idosa, particularmente afetada pela pandemia, está agora mais desprotegida e isolada. ----- Muitas instituições que asseguram o apoio a problemas de maior carência, nomeadamente situações de pobreza extrema e população em situações económicas e sociais mais frágeis, sofreram repentinas suspensões e limitações da sua atividade. ----- Todo este cenário assume contornos de grande gravidade e necessita de uma atenção especial, com o estudo de soluções concertadas, complementares e eficazes para diminuir os efeitos de uma situação de catástrofe social no Concelho. É urgente que o Município seja capaz de assegurar respostas, em articulação com os diversos agentes sociais presentes no Concelho, no sentido de garantir o apoio às populações mais vulneráveis. -----

Para tal é necessário encontrar respostas para garantir condições de funcionamento às instituições que, pelas suas características, estão mais próximas destas pessoas. É preciso manter as respostas antigas e encontrar soluções novas para os novos problemas. -----

Tendo em conta a urgência, dimensão e gravidade dos problemas que o Concelho enfrenta e virá a enfrentar, as respostas não podem, nem devem ser avulsas e casuísticas. As soluções encontradas devem surgir de uma análise global da situação, de forma a ser possível construir uma estratégia articulada que dê resposta à situação de emergência social que se vive no Concelho. -----

Assim, a bancada do CDS na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo recomenda: --

- 1 – Constituir um grupo de acompanhamento da situação social e económica no concelho de Montemor-o-Novo -----*

- 2 – Este grupo de trabalho deve ser composto por um representante de cada uma das forças políticas representadas na cidade e reunir com uma regularidade pelo menos quinzenal. -----*

- 3 – O grupo deve fazer um diagnóstico completo das necessidades sociais e económicas e da situação das diversas instituições sociais presentes no concelho. -----*

- 4 – O grupo deve monitorizar a situação social em permanência, enquanto as circunstâncias geradas pela Pandemia Covid-19 o justificarem. -----*

- 5 – O grupo deve produzir uma estratégia, a ser apresentada e votada em reunião de Câmara, que proponha um conjunto de respostas articuladas, capazes de enfrentar a situação de emergência social que resultou da Pandemia Covid-19. -----*

Montemor-o-Novo, 26 de junho de 2020” -----

Pediu para intervir o eleito senhor Carlos Zorrinho, afirmando que, na sua opinião, deveria ser criado um Grupo de Trabalho Permanente da Assembleia Municipal. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal para referir que esse tipo de grupo está previsto no Regulamento da Assembleia Municipal. Informou também que neste período de Pandemia, que decorreram reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil, do Conselho Municipal de Segurança e ainda do Grupo de

Gestão de Risco do Covid-19, o qual tem reunido semanalmente. Recentemente decorreu também uma reunião do CLAS. Afirmou também que este concelho tem poucos casos, no entanto a situação pode modificar-se. A mesa da Assembleia Municipal irá avaliar e ponderar sobre a possibilidade de criação de um Grupo de Trabalho, no âmbito das competências da Assembleia Municipal. -----

Ainda sobre o mesmo assunto, a eleita senhora Fátima Breia questionou a Câmara Municipal se o Grupo de Gestão da Covid 19 tem algum representante da área da saúde. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal confirmou que este grupo não tem nenhum representante da Saúde, porque se trata de um grupo interno apenas com elementos da Câmara Municipal, Eleitos e Chefias. Existe um representante da Saúde apenas a nível da Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

A eleita senhora Sónia Ramos afirmou que é necessário que os eleitos da Assembleia Municipal recebam mais informação atualizada de forma a poderem acompanhar a situação real do concelho. Considera que poderia ser convidado a integrar essas Comissões que já reúnem, um membro de cada partido representado na Assembleia Municipal ou então ser remetida semanalmente a informação tratada nessas reuniões. Usou da palavra novamente a Sra. Presidente da Assembleia Municipal para informar que estas Comissões são constituídas com base em legislação e regulamentos próprios, não sendo possível incluir, nesta fase, outros membros. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Luis Machado salientando que se mantém o problema da falta de informação, por parte da Câmara Municipal, sobre diversas questões. Acrescentou que os eleitos apenas pedem transparência, pedindo que fosse remetida informação sobre a situação atual do concelho. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a recomendação à votação. -----

Deliberação: Reprovada, com catorze votos contra dos eleitos pela CDU; três votos a favor dos eleitos pelo CDS-PP(2) e pelo PSD(1) e dez abstenções dos eleitos pelo PS(8) e de dois eleitos pela CDU. -----

Pediu a palavra o eleito, pela CDU, senhor João Marques, para apresentar uma declaração de voto, a qual se apresenta transcrita de seguida: *“Votei contra esta recomendação não por estar contra o princípio do direito à informação por parte dos eleitos da Assembleia, mas apenas por questões operacionais. Tratando-se de uma duplicação de recursos, não existe capacidade para dar resposta em termos técnicos para colocar à disposição deste Grupo. Concordo que se recomende a criação de Grupos de Trabalho, no âmbito da Assembleia, para discutir estas questões, não duplicando o que já é tratado pelas Comissões existentes no concelho, mas reforçando a capacidade dessas Comissões para produzir informação para posteriormente ser discutida nestas sessões do ponto de vista político e recomendado à Câmara ou da Assembleia Municipal.”* -----

Solicitou de novo a palavra o eleito senhor Luis Machado para apresentar uma recomendação denominada “Pela reabertura da atividade tauromáquica”, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Em 10.03.2020, atendendo à situação de emergência de âmbito internacional gerada pela pandemia de COVID -19, a Direção Geral de Saúde (DGS) recomendou o cancelamento de eventos de massas com o objetivo de evitar a transmissão da doença,

entre um elevado número de pessoas, em espaços confinados (cfr. Orientação nº7/2020, de 10.03.2020, atualizada em 16.03.2020). Esta orientação da DGS, que desde logo teve um efeito alargado no cancelamento e adiamento de espetáculos ao vivo de natureza artística, tornou-se posteriormente obrigatória com a declaração de estado de alerta, emitida pelo Governo a 13.03.2020. -----

Em 18.03.2020, o Presidente da República decretou o estado de emergência e, em 20.03.2020, o Governo procedeu à sua execução. As medidas extraordinárias e de carácter urgente adotadas incluíram o encerramento de instalações e estabelecimentos onde se desenvolvem atividades culturais e artísticas, designadamente praças, locais e instalações tauromáquicas (cfr.art.7º do Decreto do Governo nº2-A(2020 de 20.03.2020). -----

Em 28.05.2020, na sequência do levantamento do estado de emergência e da adoção de medidas de desconfinamento e de reabertura gradual da economia, a DGS emitiu uma orientação relativa ao funcionamento de equipamentos e atividades culturais com indicação de medidas específicas para salas de espetáculos , de exibição de filmes cinematográficos e similares; livrarias, arquivos e bibliotecas; museus, palácios, monumentos e similares e programação ao ar livre (cfr. Orientação nº28/2020 de 28.05.2020). A orientação da DGS nada refere quanto ao funcionamento de praças, locais e instalações tauromáquicas. -----

Em 29.05.2020, o Governo determinou que volta a ser permitida a realização de eventos de natureza cultural, desde que sejam respeitadas as orientações da DGS, mantendo, no entanto, encerradas praças, locais e instalações tauromáquicas (cfr. arts 3º e 18º da Resolução do Conselho de Ministros nº40-A/2020 de 29.05.2020). -----

Em 01.06.2020, realizou-se na Praça de Touros do Campo Pequeno, em Lisboa, o espetáculo "Deixem o Pimba em Paz", onde estiveram presentes duas mil pessoas, entre as quais o Primeiro Ministro e a Ministra da Cultura. -----

Não há motivos para que os espetáculos tauromáquicos tenham um tratamento diferenciado em relação a outros eventos culturais de massas, como espetáculos de música ou dança. -----

Para efeitos de legislação portuguesa, os espetáculos tauromáquicos são espetáculos de natureza artística, tal como as representações ou atuações nas áreas do teatro, da música ou da dança e a exibição pública de obras cinematográficas e audiovisuais (cfr. art. 2º, nº2 do Decreto-Lei nº23/2014 de 14 de fevereiro). -----

Segundo as associações do sector tauromáquico, a pandemia de COVID-19 impediu a realização, de cerca de 70 espetáculos, o que se traduz num prejuízo de quase 5 milhões de euros. A sazonalidade da tauromaquia, entre março e outubro, agrava ainda mais a situação: se a atividade não for retomada brevemente, muitos artistas ficarão sem receita até ao próximo ano. -----

Em 03.06.2020, o setor tauromáquico, representado pela Associação Portuguesa de Empresários Tauromáquicos (APET), reuniu com a DGS e com a Inspeção Geral de Atividades Culturais (IGAC), com vista á retoma da atividade com a maior brevidade possível. Segundo a APET, a DGS e IGAC comprometeram-se a definir as normas para a reabertura do setor ainda durante o mês de junho. -----

Assim: -----

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo recomenda que o Governo da República Portuguesa e a DGS aprovem, com a maior brevidade, as regras de funcionamento dos



espetáculos e dos equipamentos tauromáquicos, com vista à reabertura da atividade tauromáquica durante o mês de julho, de forma a minimizar, tanto quanto possível, os prejuízos que os profissionais do setor estão a sofrer devido à pandemia COVID-19. ----- Montemor-o-Novo, 26 de junho de 2020” -----

Na opinião deste eleito o ataque que está a ser feito à tauromaquia em Portugal é escandaloso, uma vez que é permitida a realização de espetáculos musicais no Campo Pequeno. -----

O eleito pela CDU, senhor Joaquim Gervásio interveio de seguida dizendo que votará a favor desta recomendação pela realização dos espetáculos tauromáquicos, uma vez que são designados de espetáculos artísticos, tal como os espetáculos musicais que já tiveram e continuam a ter lugar. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação: -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor dos eleitos pela CDU(14), pelo PSD(1) e pelo CDS-PP(2) e dez abstenções dos eleitos pelo PS(8) e pela CDU(2). -----

Voltou a usar da palavra o eleito senhor Joaquim Gervásio para apresentar uma Saudação à CGTP, em nome da sua bancada, a qual se apresenta transcrita de seguida:

“Realizou-se na passada segunda-feira em Évora, com termino junto da TYCO TE Connectivity, organizado pelos sindicatos a Fiequimetal-CGTP, um cordão humano em defesa dos direitos dos trabalhadores sob o lema “Queremos trabalhar em segurança, com Direitos e Salários Dignos”. -----

Está a decorrer hoje, aqui em Montemor, na Zona Industrial da Adua, junto à empresa AIS, uma jornada de protesto com o mesmo lema e organizada pelas mesmas estruturas sindicais. -----

Estas ações são motivadas e justificam-se no quadro da denuncia do aproveitamento feito por diversas empresas, entre as quais se destacam as acima nomeadas, da crise sanitária provocada pela COVID 19 no país, para aumentarem a exploração, descarregando para cima dos seus trabalhadores os custos da pandemia. -----

É inaceitável que empresas que arrecadaram milhões de lucros num passado recente, e algumas que até distribuíram dividendos aos seus acionistas, tenham aproveitado para despedir trabalhadores, desde logo os que estavam com vínculo temporário, e para reduzir direitos a outros trabalhadores. -----

Como é possível que uma empresa obrigue os seus trabalhadores a gozar férias forçadas em plena pandemia apenas para evitar pagar salários ou que uma multinacional como a Tyco pretenda inclusive obrigar os seus trabalhadores, a quem já nega todos os anos 6 dias de férias, a gastar antecipadamente as férias de 2021. -----

São empresas que obtiveram apoios públicos diversos e de diversas proveniências, desde fundos europeus a incentivos dos municípios. -----

Tendo em conta estes factos a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida no auditório da Biblioteca Municipal Almeida Faria, em 26 .06.2020, saúda a luta destes trabalhadores e das suas organizações sindicais e condena todas as ações tomadas pelas empresas com vista a retirar direitos e a aumentar a exploração. -----

Montemor-o-Novo, 26 de Junho de 2020” -----

Usou da palavra o eleito senhor Manuel Coelho afirmando que estas situações não se podem generalizar, porque quer sejam grandes empresários ou pequenos empresários, existem sempre aqueles que não cumprem com as suas obrigações. -----
Sobre o documento, a eleita senhora Sónia Ramos disse não poder votar a favor porque não aceita incoerências entre os trabalhadores da GESAMB e os trabalhadores de empresas privadas. -----

Não havendo outros pedidos de uso da palavra, o documento foi colocado à votação. -
Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos favoráveis dos eleitos pela CDU, um voto contra da eleita pelo PSD e dez abstenções dos eleitos pelo PS(8) e pelo CDS-PP(2). -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que iria dar início à ordem de trabalhos. -----

1º. Ponto – Proposta de Prestação de Contas /2019 -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara dizendo que os documentos apresentados refletem o elevado volume de investimento municipal em todo o concelho. O ano de dois mil e dezanove foi um ano já de alguma retoma económica. ---
As ações concluídas no ano de 2019 correspondem às expectativas previstas inicialmente, apesar de alguns investimentos de maior dimensão quer pela sua complexidade na fase de projeto, assim como na fase de contratação acabaram por não ter início nos prazos previstos. Disse também que o ano de 2020 começou com a transição para um novo sistema contabilístico, pelo que a Prestação de Contas deste ano já será baseada neste novo regime. -----

Interveio o eleito senhor Joaquim Galvão afirmando que o documento revela com transparência os resultados do ano de dois mil e dezanove, bem como o grau de concretização. Considera que o concelho só terá desenvolvimento se se apostar no investimento privado. Neste momento a Câmara Municipal é o maior empregador do concelho e apesar do Relatório de Gestão mostrar muito trabalho realizado, considera que ainda muito há por fazer. Considera que o objetivo da democracia participativa continua a ser adiado. Mais uma vez as comemorações do 25 de Abril aconteceram sem a participação da oposição eleita democraticamente no concelho. O superavit apresentado demonstra que era possível fazer muito mais e que são as populações que ficam a perder, porque a CDU continua apenas a fazer gestão corrente. Terminou a intervenção referindo que os eleitos pelo Partido Socialista vão votar contra a Prestação de Contas do ano de dois mil e dezanove. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, o documento foi colocado à votação pela senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU; nove votos contra dos eleitos pelo PS(8) e pelo PSD(1) e duas abstenções dos eleitos pelo CDS-PP. -----

2º. Ponto – Proposta de 2ª. Alteração Modificativa 2020 (Revisão Orçamental) -----

Neste ponto, a senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que ao abrigo da legislação de carácter excecional no âmbito das medidas da Covid-19 apresenta-se a presente proposta para ratificação da Assembleia Municipal e respeita à integração do saldo da conta de gerência e da sua repartição e afetação às rubricas de despesa corrente e de capital que foi necessário reforçar em face de alguns investimentos que

se prevê ter início imediato ou rubricas de gestão orçamental que seja necessário vir a reforçar. -----

Pediu a palavra o eleito senhor António Xavier afirmando que o documento que recebeu não estava completamente legível. -----

Usou da palavra o eleito senhor Joaquim Galvão para informar que os eleitos pelo Partido Socialista vão votar contra, na sequência da votação que fizeram no ponto anterior. -----

Não havendo outros pedidos de uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU e onze votos contra dos eleitos pelo PS(8), pelo PSD(1) e pelo CDS-PP(2). -----

3º. Ponto – Proposta de Alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Montemor-o-Novo -----

Relativamente a esta proposta a senhora Presidente da Câmara Municipal disse que esta revisão integra um conjunto de correções e ajustamentos na sequência desta primeira fase de aplicação e que foram essencialmente a integração que algumas matérias que ainda não estavam contempladas e a correção de alguns artigos no âmbito da área urbanística. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos eleitos pela CDU(16) e pelo PS(8) e três abstenções dos eleitos pelo PSD(1) e pelo CDS-PP(2). -----

4º. Ponto – Proposta de Isenção de Taxas (para conhecimento) -----

Sobre o documento a senhora Presidente da Câmara referiu que se trata de uma decisão tomada ao abrigo da legislação que surgiu de carácter excepcional e está relacionada com a isenção de taxas de ocupação da via pública, no período compreendido entre um de maio e trinta e um de julho. -----

O eleito senhor António Xavier questionou a Câmara Municipal se esta isenção poderá ter algum alargamento. -----

Em resposta a senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou que a ordem de trabalhos contempla uma outra proposta no seu décimo oitavo ponto e com base na mesma legislação foi possível fazer o alargamento desta medida excepcional, até trinta e um de dezembro deste ano. -----

O documento respeitante a este ponto não foi sujeito a votação. -----

5º. Ponto – Contrato entre o Município de Montemor-o-Novo e a empresa Derivadas & Segmentos, S.A. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal dizendo que o contrato que se apresenta tem a ver com o reforço de intervenção da cobertura da rede de fibra ótica no concelho, propondo-se que a Câmara Municipal ceda um espaço físico na área da zona industrial da Adua, junto às instalações do CAME (local onde já existiram instalações semelhantes por parte da CIMAC, no âmbito do Projeto Évora Digital). O objetivo é a instalação física de suporte de toda a rede, sendo que como contrapartida



desta cedência a Câmara irá solicitar o reforço das infraestruturas para estas ligações em alguns edifícios municipais, os quais aparecem indicados na clausula terceira. -----

Pedi para intervir a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, Paula Martins questionando se as freguesias também serão abrangidas, referindo as grandes dificuldades que sentem em Cabrela em termos de rede de internet. -----

Em resposta a senhora Presidente da Câmara informou que nessa fase não estão ainda previstas intervenções nas freguesias, no entanto fará o envio de informação a todas as Juntas de Freguesia sobre as coberturas das freguesias, porque já houve outras intervenções no âmbito de outros projetos intermunicipais com a CIMAC. -----

Retomou a palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela dizendo que se deparam diariamente com muitas dificuldades no acesso à internet e com o teletrabalho e aulas em casa piorou bastante. Já fizeram reclamação a ANACOM. -----

Usou ainda da palavra neste ponto o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão, António Fitas afirmando que nos últimos dois anos têm sentido bastantes dificuldades a nível de rede. Também já fizeram uma reclamação a ANACOM mas não obtiveram qualquer resposta. -----

A senhora Presidente da Câmara indicou que na sequência de dificuldades na atividade municipal e de muitas reclamações recebidas de munícipes está a ser realizado um levantamento na cidade e também nas freguesias para posteriormente fazer uma exposição à ANACOM no sentido de ser reforçada a rede. -----

Não havendo mais pedidos para intervir, o documento foi colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

6º. Ponto – Proposta de Revisão Integral do Programa Mor Solidário -----

A senhora Presidente da Câmara referiu que se trata da versão final da Revisão do Programa Mor Solidário explicando detalhadamente as alterações introduzidas em cada um dos eixos. -----

Interveio o eleito senhor António Xavier realçando a importância da divulgação deste Programa, não apenas através do site da Câmara, mas também junto das IPSS. Considera mesmo que a fase de audiência pública não terá sido devidamente divulgada, porque poderiam ter sido obtidos muitos outros contributos. -----

Pedi também a palavra a eleita pelo PSD, senhora Sónia Ramos referindo que considera muito positiva a existência destes instrumentos de ajuda à vida das pessoas no que respeita a questões que envolvem bens de primeira necessidade, pelo que saúda a Câmara Municipal pela atualização do mesmo. No entanto considera que é uma atualização semântica, porque em vez de se propor uma integração social, propõe-se sim uma inclusão social. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara respondendo que o documento está bastante claro sobre o que se mantém e o que se pretende alterar e que todas estas atualizações/alterações têm o seu enquadramento legal. Quanto à divulgação, a eleita referiu que serão realizadas algumas sessões de apresentação do Programa na cidade e também nas freguesias. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

7º. Ponto – Procedimento Concursal para provimento em Comissão de Serviço de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau - Composição de Júri -----
Relativamente a este ponto a senhora Presidente referiu que a Câmara Municipal vai proceder à abertura de um procedimento concursal para o Cargo de Chefe de Divisão da Divisão de Planeamento e Apoio ao Desenvolvimento Económico, apresentando hoje para deliberação da Assembleia Municipal a proposta de composição do Júri. -----
Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

8º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo, a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras e a Associação “Porta Mágica” – Fornecimento de refeições -----
A senhora Presidente da Câmara afirmou que se trata de um Protocolo semelhante a outros já aqui apresentados e diz respeito ao fornecimento de refeições aos utentes da Associação Porta Mágica, no ano letivo 2019/2020, sendo as mesmas confeccionadas no Refeitório Escolar de S. Mateus que está a ser gerido pela União de Freguesia de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras. -----
Não havendo qualquer pedido para intervir neste ponto, o documento foi de imediato colocado à votação pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal. -----
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

9º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo, o Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão e a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Fornecimento de refeições escolares – Jardim de Infância e Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de S. Cristóvão – AL 2019-2020 (2º e 3º Período) e AL 2020-2021 (1º. Período) -----
Relativamente a esta proposta, a senhora Presidente da Câmara salientou que se trata de um Protocolo para fornecimento de refeições escolares ao Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão referente aos anos letivos de 2019/2020 e 2020/2021. -----
Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----
Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

10º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Fornecimento de refeições escolares – Jardim de Infância e Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de Lavre – AL 2019-2020 (2º e 3º Período) e AL 2020-2021 (1º. Período) -----
Trata-se de uma proposta de Protocolo idêntica à anterior, sendo que neste caso refere-se ao fornecimento de refeições ao Jardim de Infância e Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de Lavre, no 2º e 3º período do ano letivo de 2019/2020 e 1º. Período do ano letivo 2020/2021. -----
Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----
Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

11º. Ponto - Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Transporte Escolar -----

Quanto a este ponto, a senhora Presidente da Câmara salientou que se trata de uma proposta de colaboração com a referida União de Freguesias para apoio no aluguer de carrinha destinada ao transporte escolar de alunos da freguesia, conforme condições apresentadas no documento. -----

Não havendo pedidos para usar da palavra, a proposta em discussão foi colocada à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

12º. Ponto - Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de São Cristóvão – Transporte Escolar -----

Foi dito pela senhora Presidente da Câmara Municipal que esta proposta de protocolo é idêntica à anterior, neste caso para apoio no aluguer de carrinha destinada ao transporte de alunos da freguesia de S. Cristóvão. -----

Uma vez que nenhum dos eleitos solicitou o uso da palavra, a proposta de protocolo foi colocada à votação pela senhora Presidente da Assembleia. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

13º. Ponto - Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Transporte Escolar -----

A senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que se trata de um protocolo também com o mesmo objetivo, sendo que neste caso a proposta de apoio para aluguer de carrinha respeita à freguesia de Foros de Vale de Figueira. -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento de seguida à votação uma vez que nenhum eleito manifestou intenção de intervir neste ponto. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

14º. Ponto – Plano de Contingência - Versão III – Fase de Desconfinamento (para conhecimento) -----

Relativamente a este ponto não houve nenhum pedido de esclarecimentos por parte dos eleitos. -----

O documento não foi sujeito a votação. -----

15º. Ponto - Programas Municipais – 2º. Relatório Anual de Monitorização da ORU do Castelo e Arrabalde -----

A senhora Presidente da Câmara Municipal usou da palavra explicando que este ponto, assim como o 16º ponto e o 17º ponto dizem respeito aos relatórios anuais referentes à monitorização das três Operações de Reabilitação Urbana nas três áreas de Reabilitação Urbana que estão constituídas. Os relatórios apresentam uma síntese das ações desenvolvidas ou iniciadas dentro de cada programa estratégico respeitante a cada uma das Operações de Reabilitação Urbana durante este ano. Neste ponto em concreto apresentam-se as ações desenvolvidas, quer no espaço público quer no edificado na área de Reabilitação Urbana do Castelo e Arrabalde. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, o Relatório foi colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

16º. Ponto - Programas Municipais – 2º. Relatório Anual de Monitorização da ORU da Avenida e Antigo Campo da Feira -----

Apresenta-se neste ponto e com o mesmo enquadramento o relatório anual respeitante às ações realizadas na área de Reabilitação Urbana da Avenida e Antigo Campo da Feira. -----

Por não haver qualquer pedido de uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

17º. Ponto - Programas Municipais – 2º. Relatório Anual de Monitorização de São Pedro -----

A senhora Presidente da Câmara afirmou que o relatório apresentado neste ponto se refere apenas às intervenções estruturantes, por se tratar de uma área menor, as quais abrangem a área de Reabilitação Urbana de São Pedro. -----

Não havendo pedidos de uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

18º. Ponto – Proposta de Isenção de Taxas no âmbito da Pandemia da doença COVID/19 até 31 de Dezembro de 2020 -----

Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal dizendo que a proposta respeita ao alargamento da decisão anteriormente tomada de isentar os agentes económicos de algumas taxas, sendo o prazo estendido e mediante o respetivo enquadramento legal, até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. -----

Por não haver pedidos de esclarecimento sobre o documento, o mesmo foi de imediato colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

19º. Ponto – Declaração de Interesse – Reabilitação dos Lavadouros Públicos da Vila de Lavre -----

Relativamente a este documento, a senhora Presidente da Câmara Municipal informou que a União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre fez uma candidatura para uma intervenção no espaço dos antigos Lavadouros Públicos de Lavre, adaptando-o para outras funcionalidades. Nesse âmbito foi solicitada a emissão desta Declaração, no sentido da Assembleia Municipal se manifestar sobre o interesse da referida intervenção, para assim poder ser viabilizada esta candidatura. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, o documento foi de seguida colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

20º. Ponto – Proposta de Acordo de Cooperação Institucional entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Cedência de Lotes em Fazendas do Cortiço -----

A senhora Presidente da Câmara Municipal explicou que se trata de uma proposta de cedência de três lotes em Fazendas do Cortiço, sendo um utilizado pelo Grupo Desportivo, o outro pela Associação de Reformados, outro lote onde funcionou o Posto Médico e também um estabelecimento comercial. A Câmara Municipal é a proprietária dos referidos lotes e considera que deverão ser cedidos e geridos pela Junta de Freguesia. Disse também que poderão ser protocolados mais tarde com o movimento associativo. -----

Não havendo nenhum pedido para intervir, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

21º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração para Criação de ATL de Verão com Juntas de Freguesia do Concelho -----

A senhora Presidente da Câmara referiu é uma proposta de Protocolo que habitualmente é aprovado anualmente nesta altura e visa criar um conjunto de condições para que as Juntas de Freguesia possam desenvolver atividades de tempos livres. Este ano e atendendo à situação que vivemos, cabe a cada Junta de Freguesia avaliar as condições que têm para a sua realização de acordo com as recomendações e as regras em vigor. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

22º. Ponto – Apreciação das informações relativas aos atos praticados ao abrigo da Lei 6/2020 de 10 de abril (regime excecional com vista a promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID -19), nos termos do previsto no n.º 2 do art.º 7º-B da Lei 6/2020 de 10 de abril, alterada e republicada pela Lei 12/2020, de 7 de maio (para conhecimento) -----

Não houve qualquer pedido para uso da palavra neste ponto. -----

23º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Neste ponto a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que relativamente à questão colocada pelo eleito senhor Rui Páscoa, será apresentada em reunião de câmara uma proposta de cedência de lotes a três entidades que pretendem desenvolver atividades na área da produção alimentar de alimentos congelados, cujo início está previsto para dois mil e vinte e um. Está prevista a criação de sessenta postos de trabalho. -----

Referiu-se ainda a uma intervenção num dos espaços desocupado para instalação de uma empresa na área da comercialização e montagem de sistemas de rega, que envolve a criação de dez postos de trabalho, a qual pretende iniciar a sua atividade ainda durante este ano. -----

Informou também que foi já atribuída licença de utilização a uma outra empresa, no espaço onde estava instalada a SOMOR, tendo já feito algumas intervenções no sentido de poder dividir o lote para cedência a outras atividades económicas. -----

Ainda no uso da palavra, a mesma eleita referiu que para além dos despachos referidos no ponto anterior, referiu que logo desde o início desta pandemia foi criado

o Grupo de Gestão da Covid e decorreram reuniões da Comissão Distrital de Proteção Civil, sendo algumas das primeiras medidas que foram tomadas sido relacionadas com a reorganização dos serviços municipais, assim como da suspensão e cancelamento de um conjunto de atividades regulares da Câmara Municipal. -----

Ainda no uso da palavra acrescentou que uma das primeiras medidas tomadas e que ainda hoje se mantém foi o contacto com todos os parceiros da rede social para em conjunto serem avaliadas as medidas a tomar. Foram contactadas todas as IPSS`S no sentido de se perceber da existência de Planos de Contingência, de equipamentos de proteção individual, para posteriormente fazer chegar essas necessidades aos serviços da Segurança Social. -----

Informou também que a Câmara Municipal disponibilizou um conjunto de documentação a alunos que não tinham acesso à internet em articulação com a direção do Agrupamento de Escolas e com as Juntas de Freguesia do concelho. Foram também cedidos ao Agrupamento cerca de vinte computadores para serem emprestados a alunos identificados com essa necessidade, abrangidos pelo escalão A e escalão B. -----

Foi também criada uma rede informal e articulação com As Juntas de Freguesia no sentido de poder dar resposta a munícipes em dificuldades, onde se fez entrega de bens alimentares e até receituário médico. -----

Foi criada uma linha de apoio específica e um contacto de email através dos quais recebemos e encaminhamos os pedidos de apoio, quer através de serviços municipais ou de outros parceiros da comunidade. -----

A Câmara Municipal apoiou a aquisição de material médico para reforço do Serviço Nacional de Saúde, como a aquisição de ventiladores para o Hospital de Évora numa parceria com a CIMAC. -----

Foi também atribuído pela Câmara Municipal um apoio extraordinário às IPSS`S do concelho, não apenas apoio financeiros, mas também de equipamentos de proteção.

Para além de que se mantiveram todas as atividades económicas já contratadas com a Câmara, foram antecipados os pagamentos a todos os fornecedores e foram ainda alargados alguns prazos de pagamentos, como os de águas e resíduos. Foram disponibilizados a todos os agregados com redução de rendimentos tarifários sociais, os quais têm redução de taxas. -----

No âmbito das medidas de apoio à reabertura do comércio local foram distribuídos mais de quinhentos kit`s de mitigação junto de duzentas e cinquenta e três empresas, tendo aderido ao catálogo de reabertura do comércio local cerca de sessenta e três estabelecimentos. -----

Foi criada uma linha municipal de apoio à Empresas e foi criado um projeto de Voluntariado para distribuição de máscaras comunitárias à população, tendo sido distribuídas até agora cerca de mil cento e cinquenta e seis máscaras, aos beneficiários do Programas Mor Solidário, às famílias de alunos carenciados e às pessoas com deficiência que se encontram nas intuições do concelho. -----

Sobre a situação epidemiológica do concelho, a data de hoje, encontram registados nos boletins da DGS estão registados nove casos, valor acumulado e um caso ativo, informando que perante estes números ainda não houve nenhum contacto da Autoridade de Saúde Pública no sentido de serem tomadas outras medidas adicionais.

Salientou ainda que durante o período em que decorreram as aulas sem ser presenciais, a Câmara Municipal forneceu seiscentas refeições a alunos com escalão A e escalão B e que será feito até ao final do mês de junho. -----

Pediu a palavra a eleita senhora Sónia Ramos, a qual saudou todas as medidas elencadas pela senhora Presidente da Câmara. Questionou de seguida qual foi o orçamento afeto ao apoio extraordinário às instituições do concelho e sobre qual é o prazo médio de pagamento aos fornecedores da Câmara. Na sequência do levantamento feito pelo Agrupamento de Escolas perguntou quantos crianças poderão ainda não ter acesso a um computador. Perguntou também como é que o Conselho Municipal de Educação está a planear o próximo ano letivo. -----

Em resposta, usou da palavra a senhora Presidente da Câmara informou que para os apoios à IPSS'S a Câmara disponibilizou cerca de cinquenta mil euros. Quanto ao prazo de pagamento a fornecedores é de trinta a trinta e cinco dias. Disse ainda que o Agrupamento informou que tinha em falta apenas o número de equipamentos disponibilizados pela Câmara. -----

Relativamente à questão colocada sobre a construção da Etar de Ciborro, a senhora Presidente da Câmara informou que a AGDA está a proceder à negociação dos terrenos com os proprietários para instalação da obra. -----

Interveio o eleito senhor Joaquim Galvão questionando a Câmara Municipal se já foi tomada alguma decisão sobre a realização da Feira da Luz. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara dizendo que está a ser articulada a questão com a APORMOR, sendo que a decisão será de não se realizar, mas que essa informação será naturalmente divulgada. -----

A mesa procedeu, de seguida, à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público, não tendo havido nenhuma intervenção. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e dois minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e dezanove. -----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal



Sandra Cristina Esperança Matias

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues